



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



VDG

Nº 70024772329

2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70024772329

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PREFEITO MUNICIPAL DE VALE
VERDE

REQUERENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
VALE VERDE

REQUERIDO

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

O Prefeito Municipal de Vale Verde ingressou em juízo com ADIN, e nesta com pedido de liminar, visando a invalidar a lei municipal nº 926 de 28 de março de 2008, que “cria o Conselho de Defesa do Meio Ambiente –COMDEMA – de Vale Verde e o Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA e dá outras providências.”

Sustenta, em síntese, que lei anterior, a lei nº 605/204 foi vetada e julgada parcialmente inconstitucional.

Aduz que a iniciativa da lei ora “sub judice” foi do Legislativo, quando os diplomas legais, que versam sobre organização e funcionamento dos órgãos da Administração Pública, devem ter a iniciativa executiva.

Arrola precedentes do Tribunal de Justiça.



VDG
Nº 70024772329
2008/CÍVEL

Presentes o “periculum in mora” e o “fumus boni jûris” defiro a liminar.

Com efeito o diploma ora objurgado, através de iniciativa legislativa cria órgão municipal, ou seja o CONDEMA, em caráter permanente, enumera sua competência, seus participantes, seus administradores, bem como cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente, com a enumeração dos recursos que o compõem, planos de aplicação e de administração.(fls.40/43)

É da tradição deste Tribunal a decisão, de que a iniciativa de tais leis, por dizerem com a organização e funcionamento da Administração, é privativa do Executivo, o que incorreu no caso dos autos.

A propósito, em trabalho que publiquei, consta:

“32.2- Conselho municipal de Idosos. Iniciativa do Legislativo. Inconstitucionalidade: ADIN 70003273380.

“32.3- Iniciativa privativa do Chefe do Executivo:

1. ADIN 593155385. ‘Lei Municipal. Conselho Municipal de Saúde. Em se tratando de órgão de cooperação governamental, é da iniciativa privativa do Chefe do Executivo o projeto de lei que dispõe sobre sua criação, estruturação e atribuições, a teor do art. 60, II da Constituição Estadual. Ação julgada procedente.’ Rel. Desª. Maria Berenice Dias, j. 05.06.00, Santa Cruz do Sul

2. ADIN 70000740340. ‘Lei Municipal n. 1880/99, que trata de composição e funcionamento do conselho municipal de desenvolvimento agropecuário. Iniciativa do Presidente da Câmara de



[Handwritten signature]

VDG
Nº 70024772329
2008/CÍVEL

Vereadores. Descabimento. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Vício de inconstitucionalidade formal. Ação julgada procedente.' Rel. Des. Elvio Schuch Pinto, j. 19.06.00, Lavras do Sul.

No	mesmo	sentido:	ADINS
70008170771;			70003479151;
70008970873;			70004436937;
70002334621;			70003169604;
70005536255;			70004384467;
70005533567;			70003547395;
70005021753;			

32.4- Conselho Municipal de Desporte e Fundo Municipal. Iniciativa. Inconstitucionalidade: ADIN 70004861605." (Apud 'Controle de Constitucionalidade', Livraria do Advogado, 2ª. Ed., 2006, p.207)

A presença do "fumus boni jûris", como visto, se exhibe pela violação ao comando do art. 60, II, "d" da Carta Estadual, aplicada simetricamente aos municípios, por força do art. 8º da Carta Estadual.

O "periculum in mora" é facilmente dedutível da natureza da própria lei.

Por tais razões acolho o pedido de liminar, aos fins de suspender a eficácia da Lei nº 926 de 28 de março de 2008, do Município de Vale Verde.

Notifique-se o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, a fim de que no prazo de 30 dias, apresente as informações entendidas necessárias.

[Handwritten signature]
3



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



VDG

Nº 70024772329

2008/CÍVEL

Cite-se, com prazo de 40 dias, a insigne
Geral do Estado.

l. Procuradora-

Após, vista ao ilustrado Dr. Procurador-Gi

Justiça.

Diligências legais, ente as quais a
decisão ao Sr. Prefeito Municipal.

da presente

Porto Alegre, 16 de junho de 2008.

DES. VASCO DELLA GIUSTINA,
Relator.